

MUDANÇA DE RUMO? MANOBRAS DIFÍCEIS

René Pélissier

A abundância de títulos que temos para apresentar confronta-se, numa revista, com imperativos de espaço e com a paciência dos leitores. Por isso, desta vez, recorreremos a medidas drásticas: suprimimos o preâmbulo e reduzimos os comentários, mesmo no caso dos textos mais importantes.

GENERALIDADES E REAGRUPAMENTOS

Começemos por *Hotel Trópico*¹, de Jerry Dávila, que é, antes de tudo, uma história da diplomacia brasileira na África, durante e depois da descolonização. A obra assenta numa pesquisa arquivística e em entrevistas com antigos actores destas embaixadas e consulados, criados um pouco na improvisação porque, apesar dos laços genéticos entre as duas margens do Atlântico, o interesse e os conhecimentos «africanistas» das elites brasileiras eram – e ainda continuam – embrionários. O autor mostra, a despeito de Gilberto Freyre e os mitos que propalou pela classe política e intelectual, que os primeiros passos brasileiros em direcção à África foram dados por amadores bem-intencionados mas sem cultura adaptada, ou preparação, às realidades locais. Quase todos os diplomatas eram brancos, à excepção do primeiro embaixador negro-africano no Gana, que passou por desventuras lamentáveis. Desprezado pelo seu ministério, foi o primeiro a coleccionar os passos em falso e desaires que caracterizaram a política africana do Brasil no início. Dávila insiste na auto-intoxicação freyriana, ao apoiar-se no espelho deformador da sua visão das coisas, recolhida nas viagens de propaganda pela África portuguesa. Há capítulos sobre: 1) o impacto da guerra em Angola e a primeira orientação da política brasileira nas Nações Unidas; 2) o Brasil e a revolução portuguesa; 3) a viragem marcada pelo regime militar a propósito do MPLA em 1975. Entre os aspectos menos conhecidos estão as tensões com a Frelimo e a posterior abertura na sua direcção. Várias centenas de exilados brasileiros foram recrutados por Maputo e trabalharam em Moçambique até à amnistia decretada por Brasília em 1979. Aquilo que por lá fizeram continua por estudar (excepto no plano da

¹ DÁVILA, Jerry – *Hotel Trópico. Brazil and the Challenge of African Decolonization, 1950-1980*. Durham e Londres: Duke University Press, 2010, xi-312 pp., fotos a preto e branco.

propaganda). Ficamos a saber que em 2007 haveria no Brasil 1750 refugiados oficiais angolanos, mais os ilegais. A África continua misteriosa para a esmagadora maioria dos brasileiros brancos e mestiços, apesar das trocas bilaterais que atingiram em 2007 entre 15 a 20 biliões de dólares. E depois dessa data, muito mais, certamente.

Visto que estamos nas altas esferas da diplomacia na África, vejamos um dos seus praticantes atípicos, muito seguro da própria eficácia enquanto representante especial do secretário-geral da ONU, encarregue da missão de manutenção da paz em Moçambique de 1992 a 1994. Com *Brasiers d'Afrique*², Aldo Ajello, primeiro jornalista e depois homem político italiano, desenvolve a legitimidade do seu método: preeminência dos contactos humanos e do «desenrascanço» sobre o formalismo e a burocracia. Apresenta receitas para vencer as dificuldades. Todos reivindicam o sucesso desta operação em Moçambique, a que já consagrara um livro. Aqui despacha a questão numa vintena de páginas, já que o essencial do trabalho se concentra no papel de representante especial da União Europeia para os Grandes Lagos, de 1996 a 2007. Temos direito a uma larga centena de páginas sobre a crise no Burundi, o Ruanda pós-genocídio e o inextricável atoleiro congolês. À vista da situação indecisiva no legado de Leopoldo II e seus sucessores, podemos interrogar-nos se o triunfo deste eterno intermediário latino terá tido uma eficácia de longo prazo. Mas é um optimista satisfeito e feliz.

² AJELLO, Aldo – *Brasiers d'Afrique. Mémoires d'un émissaire pour la paix*. Paris: L'Harmattan, 2010, 213 pp.

Muito menos eufórica é a dissertação de mestrado (notável) de Miguel Bandeira Jerónimo. Trata com profundidade um tema já muito estudado pelos especialistas estrangeiros, mas durante muito tempo tabu em Portugal e ainda um pouco sulfuroso em certos meios irreduzíveis: o confronto entre a legislação torrencial de Lisboa e a sua aplicação no terreno. Desfaz em pedaços, literalmente, estas muralhas de papel, edificadas por legisladores incapazes de admitir que o que conta não são as intenções mas as realidades em matéria de trabalho e educação dos indígenas. Para a monarquia e para os dois primeiros regimes que lhe sucederam, o autor recoloca os problemas no contexto internacional: campanhas contra o trabalho forçado, tanto no arquipélago do «cacau escravo» como em Angola (e menos em Moçambique). Esmiúça o famoso Report de Ross (que nunca vimos no original, pois tornou-se raríssimo) e explica-nos que se esta filantropia estava longe de ser virgem de qualquer pensamento interessado, conseguiu, pelo menos, colocar as autoridades portuguesas quase constantemente na defensiva: o anti-lusotropicalismo absoluto! A bibliografia utilizada é excelente. Mas sossegemos os adversários de *Livros Brancos, Almas Negras*³, não conhecemos colonização na África (ou em qualquer outro lado) que não tenha sido também uma exploração. Todavia, Portugal (pelo menos os seus dirigentes e as suas elites) foi o único a reagir de forma violenta a estes ataques, pois pretendia-se detentor do segredo da harmonia racial. Acreditava mesmo ser único e capaz de resistir às críticas, ainda que fosse o que estivesse mais mal preparado para as enfrentar.

³ JERÓNIMO, Miguel Bandeira – *Livros Brancos, Almas Negras, A «Missão Civilizadora» do Colonialismo Português, c. 1870-1930*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010, 304

Veremos, com a leitura de *Travel Writing and Atrocities*⁴, que assim que a moral se alia às rivalidades políticas, económicas ou religiosas, é preciso pouco (alguns punhados de militantes ou de zelotas habilmente apoiados pela imprensa) para que as denúncias estigmatizem determinados países, excluindo muitos outros, também culpados, senão mesmo piores. Mas as relações internacionais e a diplomacia têm uma visão selectiva dos monstros do momento. Sobretudo em período de triunfalismo imperial e quando se é de cultura britânica. Este livro de um especialista de estudos literários traz poucas novidades ao papel do jornalista Henry W. Nevinson, que colocou no índice os plantadores de cacau portugueses. Em contrapartida, é muito mais original sobre Joseph Burt, o quaker enviado pelo fabricante de chocolates Cadbury para inquirir aprofundadamente sobre o escândalo dos escravagistas em Angola e em São Tomé. Ficou seis meses no arquipélago e um ano em Angola, onde efectuou uma viagem de mais de mil e quatrocentos quilómetros. A maior parte do livro é consagrada a este nacionalista anti-inglês, que se tornou uma lenda na Irlanda: Roger Casement, ainda que se não dissesse praticamente nada sobre os portugueses, mesmo tendo sido cônsul da Grã-Bretanha em Lourenço Marques e depois em Luanda, revelou as atrocidades congolosas. Os livros sobre esta personagem já não têm conta – teria dado um excelente director da Amnistia Internacional *avant la lettre*.

E já que estamos no registo dos vitupérios, mencionemos brevemente o livrinho de um jornalista colombiano⁵, visceralmente hostil à política dos Estados Unidos. Apesar do subtítulo, apenas encontramos duas magras páginas sem qualquer originalidade sobre Angola. Mesmo assim, oferece muitos elementos pouco conhecidos acerca das acções da CIA noutros países, mas para Angola em 1975-1976 mais vale recorrermos a John Stockwell e ao seu *In Search of Enemies* (Nova York, W. N. Norton, 1978). Bastante menos emocionais e muito – mesmo muito – mais profissionais, são as duas obras colectivas seguintes que recomendamos.

*The Speed of Change*⁶ tem o mérito de nos esclarecer sobre as mudanças trazidas pela introdução dos transportes rodoviários na África. Entre as onze contribuições de historiadores, antropólogos, sociólogos e politólogos, o leitor poderá aprender muito sobre o papel do automóvel e do camião na Zâmbia, no Níger, no Sudão, no Gana, etc. Aqui interessa-nos directamente: i) o trabalho desenvolvido pelo historiador Philip J. Havik a propósito da influência dos veículos motorizados na economia (e a administração colonial) da Guiné portuguesa, de 1915 a 1945; ii) a evolução dos transportes urbanos em Luanda e no Huambo depois da independência, tal como é analisada por Carlos L. Lopes. Perante a falha dos servi-

⁴ BURROUGHS, Robert M. – *Travel Writing and Atrocities. Eyewitness Accounts of Colonialism in the Congo, Angola, and the Putumayo*. Abingdon: Routledge, 2011, xiv-215 pp., fotos a preto e branco.

⁵ OSPINA, Hernando Calvo – *L'Équipe de choc de la CIA. Cuba, Viêtnam, Angola, Chili, Nicaragua...*, Pantin: Le Temps des cerises, 2009, 192 pp., fotos a preto e branco.

⁶ GEWALD, Jan-Bart, LUNING, Sabine, e WALRAVEN, Klaas van (eds.) – *The Speed of Change. Motor Vehicles and People in Africa, 1890-2000*. Leiden-Boston: Brill, 2009, xii-298 pp., fotos a preto e branco.

ços públicos, as iniciativas privadas dos candongueiros e dos seus mini-autocarros em Luanda, e dos kupapatas e das suas motas, no Huambo, colmatam um pouco os problemas de mobilidade dos cidadãos.

Num outro registo, o das homenagens⁷ a uma historiadora que teve grande influência sobre os estudos em ciências humanas ultramarinas no Portugal democrático, devemos, evidentemente, associar-nos aos que honram a memória de Jill Dias. Raramente uma personalidade universitária teve tal reconhecimento num país em que se prefere invejar e denegrir, em vez de admirar.

Os primeiros dos dezanove colaboradores efectuam um longo circuito desde a Índia do século XVII até à educação em Goa no século XIX. Para o século XX o percurso é balizado por quatro autores (Guiné, Moçambique, Angola) historiadores, e quatro antropólogos ou sociólogos. Milagres que teriam feito sobressaltar os velhos crocodilos do Estado Novo e causarão mal-estar aos que sobreviveram ao seu naufrágio, os estudos contemporâneos (século XXI) têm mesmo seis outros cultores. Ao vermos tantos especialistas fascinados pelo Ultramar e seus prolongamentos, esfregamos profissionalmente as mãos, ao mesmo tempo que nos inquietamos por ver tanta gente em redor do seu cadafalso. As refeições *post-mortem* são ou serão suficientemente copiosas para que cada um tenha uma parte do bolo universitário ou para-universitário num país ferido pela crise económica? Existe um risco de sobreaquecimento nas máquinas que têm de alimentar tantos novos especialistas em disputa pelos despojos da colonização portuguesa. Agora que a colonização morreu não pode alimentar todos aqueles a quem a sua recordação fascina. E eles crescem muito depressa. O bom senso exige, portanto, que observemos o que fazem os países ricos para adaptar a oferta à procura pós-imperial.

*Jews and Judaism in African History*⁸ é uma síntese rápida para o grande público e, desse ponto de vista, não a podemos criticar por ser demasiado breve sobre determinado episódio em três mil anos de contactos, muito menos quando a bibliografia consultada, ainda que muito rica (22 páginas), é maioritariamente anglófona. No conjunto, os lusófonos não têm de que se queixar porque Richard Hull dedica um longo espaço ao papel dos judeus e dos conversos ibéricos no tráfico negreiro atlântico, desde o início até à década de 1730. É também relativamente útil acerca dos judeus em Moçambique, tanto pioneiros (Carl Wiese) como grandes capitalistas nas companhias zambesianas e nas sociedades de recrutamento de mão-de-obra para as minas sul-africanas. Não tem praticamente nada acerca dos judeus em Angola, e os projectos de emigração israelita para este país não são evocados. Em resumo, um livro sem falsificações, sem propaganda, em que a África do Norte e do Sul contemporâneas são bastante bem documentadas, tal como a Etiópia.

⁷ HAVIK, Philip J., SARAIVA, Clara, e TAVIM, José Alberto [coord.] – *Caminhos Cruzados em História e Antropologia. Ensaio de Homenagem a Jill Dias*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010, 365 pp., fotos a preto e branco.

⁸ HULL, Richard – *Jews and Judaism in African History*. Princeton: Markus Wiener Publishers, 2009, xxi-282 pp., fotos a preto e branco.

GUINÉ-BISSAU

Começemos por um guia turístico espanhol (onde estão os guias em português?). Consagrar 207 páginas a este país que, tudo leva a crer, não acolhe mais do que algumas centenas de visitantes hispanófonos por ano, testemunha uma intensão louvável de um editor e de um autor; sabemos que os traficantes de droga colombianos que aí prosperam apenas lêem banda desenhada e relatórios de contas, e que não vieram para fazer campismo nem mergulho. O autor, José Luis Aznar Ferrández⁹, já publicara um guia sobre Moçambique muito minucioso. Para a Guiné diríamos que não teve o mesmo cuidado com a bibliografia, insuficiente, nem com a releitura das partes históricas. Por exemplo: na página 29 diz-nos que Luís Cabral nasceu em Bissau em 1931 e na página 47 ficamos a saber que viu a luz do dia em Bafatá, em 1929! Adiante, já que o homem não era muito interessante nem muito útil a este país. Pelo contrário, onde o autor é insubstituível e ainda sem rival no mercado actual dos guias é nas descrições minuciosas dos principais locais a merecerem visita. É particularmente bom para as pequenas localidades interiores e nas fronteiras do Senegal e da Guiné-Conacri. E a descrição das aldeias que surgem nos relatos dos antigos combatentes portugueses como lugares abandonados por Deus, mas não pelo deus Marte, que os bombardeava, convida-nos a recomendar este livro como bíblia para todos os que fazem e farão a peregrinação memorial onde perderam a juventude. De uma maneira geral, o autor não poupa elogios aos guineenses: hospitaleiros, xenófilos, «nobres e bem-intencionados». Perguntamo-nos então porque é que o país não parou de se afundar em golpes de Estado e na guerra civil desde a independência. Acrescentemos que depois da leitura das páginas consagradas aos Bijagós (pp. 136-157), ilha a ilha, se o público de viagens aventureiros escapar aos encantamentos é porque não lê espanhol.

E visto que os Bijagós são homenageados em Barcelona, porque não em França, onde um magnífico álbum de um ecologista profissional lhes dedica um capítulo abundantemente ilustrado por um ou dois fotógrafos inspirados (Jean-François Hellio e Nicolas van Hingen)? *Mami Wata*¹⁰ não se ocupa do alojamento dos turistas. De facto, o autor preferia mantê-los à distância a partir do momento em que se tornavam invasores. Ocupa-se das zonas costeiras e marinhas oeste-africanas e das populações que aí vivem, na Mauritânia, no Senegal e na Guiné-Bissau. É um naturalista fascinado por este conservatório de tradições insulares. Só indirectamente se ocupa da história, mas a vida económica do arquipélago (arroz, óleo de palma, bivalves e pesca) e os animais que o habitam (os hipopótamos marinhos, os lamantins, etc.) preocupam-no. Deseja preservá-los dos efeitos desastrosos da pesca industrial que ameaça o equilíbrio muito frágil destas ilhas que não quiseram conhecer o horror da guerra, o que não lhes terá trazido muitas amizades no seio do PAIGC durante e depois do último conflito colonial. Esperemos que

⁹ FERRÁNDEZ, José Luis Aznar – *Rumbo a Guinea-Bissau*. Barcelona: Laertes, 2010, 207 pp., com várias páginas de fotografias a cores.

¹⁰ CAMPREDON, Pierre – *Mami Wata, mère des eaux. Nature et communautés du littoral ouest-africain*. Le Méjan: Actes Sud, 2010, 224 pp., com muitas fotografias a

a criação da Reserva da Biosfera do Arquipélago Bolama-Bijagós (designação oficial) não chegue demasiado tarde. Sem ela, será «Barça ou Barsack», ou seja, como se diz no Senegal e noutros lugares, «Barcelona ou a morte» para os migrantes que persistem. Os dois títulos precedentes podem ser lidos por qualquer pessoa, sem preparação prévia. António E. Duarte Silva¹¹ dirige-se a um público diferente. É preferível ser-se jurista ou politólogo, ou mesmo um historiador do período de 1950-2010 na Guiné, para seguir este autor indubitavelmente muito informado sobre a evolução de um país que conhece bem. Uma parte do livro foi já publicada em revistas especializadas e ultrapassa as nossas competências. Por outro lado, a partir da página 179, o estudo das primeiras organizações proto-nacionalistas (por volta de 1947) é notavelmente rico e novo. Faz-nos uma descrição clara, que interrompe a nebulosa de versões antagonistas, do massacre de 3 de Agosto de 1959, dito de Pindjiguiti. Parece provado, segundo o autor, que o administrador cabo-verdiano, dirigente do partido único local, a União Nacional, ultra-salazarista, tornado gerente da Casa Gouveia em Bissau, é directamente responsável, dada a sua intransigência, pelo que se iria tornar o acontecimento fundador do nacionalismo guineense. Enquanto historiador, este administrador redimiou-se mais tarde com a publicação de vários estudos que denunciavam a inanidade da propaganda do Estado Novo; a sua especialidade tornou-se o tráfico negreiro e a resistência anticolonial à implantação portuguesa. Chamava-se António Carreira e terá sido um dos mais fecundos primeiros historiadores cabo-verdianos. Os panteões dos grandes homens locais doravante divergem conforme as origens: pode-se ser um «negreiro», agente do subcolonialismo ou apenas originário do que foi, durante séculos, o terreno de caça destes auxiliares da administração portuguesa no continente. Como é que Amílcar Cabral poderia prever serenamente o futuro de um binómio Cabo Verde-Guiné em que os pastores iriam continuar a comer o seu rebanho continental? A explosão era inevitável, devido ao capital de rancores acumulado.

O texto do livro não dá uma visão linear da evolução histórica; concentra-se em alguns pontos, como o golpe de Estado de Novembro de 1980, as constituições de 1984, 1993, a etnicidade, o carrocel político depois do conflito de 1998-1999, etc. Tem boas biografias destas hierarquias transitórias, e a bibliografia é indispensável.

A contaminação do verbalismo do seu herói terá empurrado um antigo embaixador da França em Conacri a consagrar a uma personagem tão sinistra como Ahmed Sékou Touré (Presidente dessa Guiné de 1958 a 1984) uma tese de doutoramento «amazónica», que vai no tomo VI (1970-1976), por si só com mais de 300 páginas? O período aqui coberto por André Lewin¹² engloba o capítulo 65. Em princípio deveria interessar-nos, pois refere-se unicamente ao desembarque dos portugueses (22 de Novembro de 1970) em Conacri, o episódio mais extraordinário da guerra colo-

¹¹ SILVA, António E. Duarte – *Invenção e Construção da Guiné-Bissau (Administração Colonial/Nacionalismo/Constitucionalismo)*. Coimbra: Edições Almedina, 2010, 310 p.

¹² LEWIN, André – *Ahmed Sékou Touré (1922-1984). Président de la Guinée. Tome 6 (1970-1976)*. Paris: L'Harmattan, 2009, 309 pp.

nial, não apenas na Guiné mas em todo o Ultramar. O autor não utilizou uma só das fontes publicadas em português. Vê tudo, portanto, sob o duplo ângulo das Nações Unidas e da diplomacia, e das autoridades de Conacri. Apenas com uma excepção, quando cita *in extenso* um extracto de um livro de Pierre Clostermann (*L'Histoire vécue, un demi-siècle de secrets d'Etat*, Flammarion, 1998), reforçado por uma conversa telefónica com este alto dignitário gaullista. Fica-se a saber que Clostermann obtém do *Deus ex machina* dos serviços secretos da França na África à época, o temível Foccart, fotografias aéreas muito precisas de Conacri e um mapa hidrográfico actualizado dos acessos à costa, ao longo da cidade. Para quê? Para libertar o filho de uma família de pescadores amigos, de Sesimbra, ferido e prisioneiro do PAIGC, em Conacri! Familiar do ministro da Defesa português, Clostermann, seu benfeitor, traz estes documentos preciosos a Spínola. André Lewin corrige a versão de Clostermann, demasiado optimista nas conclusões sobre a operação, considerada por certos autores portugueses como, no mínimo, um semifracasso. Assim, para erguer um pouco do véu sobre este assunto, o livro de Lewin deve ser utilizado. O soldado prisioneiro foi libertado e equipado com uma prótese moderna, o que demonstra que Aldo Ajello tem razão: nas relações internacionais nada vale tanto como o contacto directo, mesmo em Sesimbra. E sobretudo a cunha! O capítulo 70 do mesmo tomo VI resume o que o autor sabe do assassinato de Amílcar Cabral sem descartar a hipótese de uma implicação directa de Sékou Touré. Não menciona o inquérito aprofundado e matizado de José Pedro Castanheira traduzido em francês e publicado pelo seu próprio editor (L'Harmattan) antes da defesa da tese de Lewin, em 2008.

GUINÉ EQUATORIAL

Um breve olhar sobre a terceira Guiné, que continua a arrastar uma matilha de censores que ladram de longe, por não conseguirem morder a ditadura nas suas obras vivas. Esta actuação tornou-se uma ocupação a tempo inteiro para certas pessoas. O professor militante Agustín Velloso reproduz numa recolha várias dezenas de artigos vitriólicos que repetem aquilo que já lemos muitas vezes. Reflectem a hostilidade – justificada – de uma parte importante da opinião pública espanhola, motivada mas impotente perante o desvio cínico das riquezas do país e o apoio internacional ao regime depois de se ter tornado rico. O título diz tudo¹³. Mais trabalhado e original, o texto que se segue é na mesma veia, mas contém um capítulo que mereceria figurar numa antologia da exploração da vaidade e da parvoíce por parte dos escroques especialistas em utilizar a internet em seu benefício. Ainda ninguém tinha conseguido outorgar os títulos fantasistas de doutor *honoris causa* em Ciências e Direito e de professor de Relações Internacionais a um ditador por uma universidade fantasma totalmente inventada e, ao mesmo tempo, fazer-se nomear cônsul honorário da Guiné Equatorial e «filho emérito» de Obiang Nguema. Ninguém rivaliza com a imaginação de um italiano subtil

¹³ VELLOSO, Agustín – *Ya no queda nada que robar. Crónicas de Guinea Ecuatorial*. 2.ª edição. Getafe: La Caída, 2009, 220 pp.

quando se trata de inventar uma ou várias personagens de carnaval. Há muito tempo que o ridículo não mata, quando se é milionário. Para este capítulo recomendamos a leitura de *Guinea Ecuatorial, rica, pero miserable*¹⁴.

ANGOLA

Não podemos pedir constantemente aos professores de Línguas e Literaturas que se interessem por assuntos diferentes daqueles que ensinam e, de facto, a sua indiferença pela história, pela ciência política, pela sociologia e pela antropologia é patente em vários países e em qualquer idioma sob o qual vivam. Constatamo-lo nas bibliotecas das suas instituições. Mas há excepções, quando alguns se dão conta da estreiteza e, por vezes, da superficialidade da sua disciplina. Um exemplo desta tomada de consciência? *Remembering Angola*¹⁵ é essencialmente uma colectânea de textos consagrados a autores de ficção ou poetas angolanos mas conta também com artigos sobre o nacionalista António de Assis Júnior, as elites crioulas e o proto-nacionalismo (1880-1910), os degredados europeus (1880-1930), a memória das guerras coloniais (1961-1974), o cinema e a cozinha angolana, etc.

*De Cabinda ao Namibe*¹⁶ é totalmente diferente. É constituído por vinhetas anedóticas e nostálgicas compiladas por um inspector do ensino, arqueólogo amador que percorreu o país a partir de 1965. Reproduz muitos clichés coloniais mas é útil para avaliar – mais uma vez – o peso da burocracia portuguesa e para abordar algumas realidades do mato até 1969. Notamos que o autor se interessa muito pelo Sul de Angola, onde conduz uma expedição para encontrar um navio naufragado no século XVIII. Encontra-se com os guardas do farol de Ponta Albina para onde foi deportado o inconstante profeta Simão Toco. As intrigas habituais entre funcionários relatadas no texto não dão uma imagem positiva da sociedade portuguesa. Como pontos a favor temos a descrição do interior do Sul de Angola, e as numerosas perspectivas sobre o país no fim da colonização, na maioria das zonas não afectadas pela guerrilha. E já que chegámos ao Sul, assinalemos dois romances que o tomam como cenário, visto pelas lunetas dos africaners e particularmente dos boeres de Angola, com um contributo militar e económico que os historiadores costumam ignorar. Quanto aos professores de línguas, é como se falassem da Mongólia! Entre os autores mais prolixos que exploram o filão sul-angolano desde a Namíbia (onde ainda vivem fortes comunidades africânderes cujos pais ou avós viveram a norte da fronteira) e a África do Sul, o romancista Doc Immelman é o mais conhecido. Não consegue afastar-se de Angola e os seus livros são ainda reeditados. *Vyf waens na San Pedro (sic)*¹⁷ é um romance histórico que se passa em 1896, ao início no Sudoeste Africano (Ovamboland, Cuanhama) e depois no Sul de

¹⁴ BOKÓ, Djongele Bokoko, e LINIGER-GOUMAZ, Max – *Guinea Ecuatorial, rica, pero miserable*. La Chau: Les Editions du Temps, 2010, 166 pp., fotografias a preto e branco e a cores.

¹⁵ AA.VV. – *Remembering Angola. Portuguese Literary & Cultural Studies*, nº 15-16. Dartmouth: University of Massachusetts, 2010, 290 pp., fotografias a preto e branco.

¹⁶ RODRIGUES, Adriano Vasco – *De Cabinda ao Namibe, Memórias de Angola*. Coimbra: Palimage, 2010, 401 pp., numerosas fotos a preto e branco.

¹⁷ IMMELMAN, Doc – *Vyf waens na San Pedro*. Pretoria: Protea Boekhuis, 2008, 156

Angola. Durante ou depois de um trek? A história é bastante fantasista; não existe nenhum forte San Pedro (porque é que o terá grafado à espanhola?) nem general português histórico, mas torna-o mais convincente para o leitor local que não saberia como pronunciar o São do título. O editor republica igualmente *Die bul van Kashimbo*¹⁸, em que coloca em cena um guia de caça português e vários africânderes do Sudoeste Africano, em busca da filha de um deles, raptada em Angola.

¹⁸ IMMELMAN, Doc – *Die bul van Kashimbo*. Pretoria: Protea Boekhuis, 2007, 167 pp.

Este romance ocupa-se, para além do Sul de Angola, do Centro do país (Caconda). Mistura a caça a um elefante solitário com os tempos conturbados da Guerra Colonial (incluindo um papel para os oficiais portugueses por volta de 1970). Saltemos de língua, de lugares e de tempo com Laura Fantozzi¹⁹, que nos oferece o seu diário de 2004 a 2006. É uma humanitária sediada no Uíge desde Maio de 2006; antes viveu no Lubango e um pouco por todo o Sul. Trabalha num programa de luta contra a cólera destinado aos enfermeiros e escolas do Uíge, que ainda não recuperou da guerra civil. Descreve a vida quotidiana e profissional de uma ONG, a vida (insuportável) em Luanda mas também em Maquela do Zombo (em Novembro de 2005), a partir do hospital. O texto é útil para conhecer a situação sanitária no Congo angolano, depois da chegada dos refugiados que entram pelo Norte. Insiste na vida das mulheres e das crianças da rua, o que já se tornou clássico para Angola.

¹⁹ FANTOZZI, Laura – *A sud di casa. L'Africa delle donne*. Milão: Terre di mezzo Editore, 2009, 171 pp.

Os testemunhos de cooperantes ou de expatriados estrangeiros começam a ser numerosos, mas não em português, onde o sector angolanista é ainda monopolizado por alguns raros estudos e as inevitáveis memórias de antigos combatentes, com uma posição privilegiada. Afonso Loureiro e o seu *Aerograma*²⁰ são uma excepção. O autor chega a Luanda em Junho de 2008 e transcreve os posts do blogue que enviava para descrever as suas impressões. Muitas vezes os posts desembocam em reflexões profundas. Não são as descobertas de um viajante ocasional. Temos direito às descrições dos arredores da capital (Muxima) e a várias cidades e vilas de província, Ganda (ex-Mariano Machado, na província de Benguela), Lobito, Sumbe, Huambo (a meio da reconstrução), Dondo (onde é o único branco), Massangano, Cela, Quibala, N'Dalatando, Gabela, etc.

²⁰ LOUREIRO, Afonso – *Aerograma. Dois Anos em Angola*. Edição de autor. Queluz, 2010, 521 pp., fotografias a preto e branco.

Os comentários do autor são demolidores e pertinentes: «Há uma geração de angolanos que cresceu escondida ou que esteve no exército e nunca trabalhou» (p. 63). Sozinhas, as mulheres pobres não adquiriram o hábito do ócio. O fosso entre as gerações cresceu: os cemitérios já não são tratados, nem as estradas locais. Mas onde se torna importante e mesmo pioneiro é quando analisa a sociedade luandense dominante, com o fascínio pela ostentação, o frenesim de parecer novo-rico, tolerante para com a pequena corrupção (a polícia, a administração em contacto com o público), já que ela mesma deve o estatuto à grande corrupção de que beneficia. Sublinha a falta de confiança dos ango-

lanos nas suas capacidades, as reacções ambivalentes em relação aos estrangeiros (em especial aos portugueses), o ultranacionalismo (herança colonial?) e muitos outros assuntos que, na nossa opinião, não são monopólio dos angolanos mas muitas vezes são retomados na África Negra e na diáspora. Recomendamos as páginas sobre as eleições, sobre a polícia de controlo de estrangeiros (a dupla herança maléfica e kafkiana da PIDE e do marxismo-leninismo), sobre o fiasco da TAN (Taça Africana das Nações), sobre a atitude em relação aos chineses, a história colonial e a ensinada pelo MPLA, numa palavra, sobre os pequenos temas que, todos juntos, constituem uma tapeçaria plena de matizes. Este livro mereceria ser conhecido e servir de fonte maior para compreender uma sociedade convalescente que, mais cedo ou mais tarde, ultrapassará os traumas e os complexos.

Na mesma categoria do livro precedente, *Diário de un Africano: Angola*²¹

é redigido por um espanhol (?), consultor intermitente, e não residente permanente (de Dezembro de 2004 a Março de 2007), provavelmente por conta de uma sociedade petroléira. Também

ele recuperou os posts do seu blogue e as mensagens que transmitem as impressões pessoais. Achou por bem incluir capítulos cosméticos ou inúteis, para já não dizer delirantes, sobre a história africana ou sobre a intervenção cubana em Angola. Visa sobretudo o pitoresco ou o sensacional, sem espírito crítico (p. 217). Apenas pode, por necessidade, frequentar a classe luandense próxima dos estrangeiros, mas vai também a Cabinda, cujos habitantes prefere em relação aos da capital. No conjunto, tem um juízo mais simpático sobre aqueles com quem deve conviver, mas nota-lhes a falta de seriedade, a mentalidade «do desenrascanço», a preguiça, a vaidade (pp. 260-263). O problema destes testemunhos estrangeiros – como os dos diplomatas nas suas memórias ou os dos turistas que apenas conhecem os táxis e os hotéis dos países que visitam – é referirem-se a micro-sociedades superficiais e não representativas de um largo espectro da população. Na qualidade de historiador de Angola sei que podemos encontrar angolanos sérios, trabalhadores, modestos e conscientes dos males do seu país. O problema é aqueles que deveriam representá-los e dirigi-los não beneficiarem de uma autoridade moral e de uma eficácia incontestáveis. Os grandes homens são raros em todos os países, e muito em particular na África, onde as médias são muito baixas.

Como mergulho nas realidades problemáticas – sórdidas – e complexas dos múltiplos estratos da Angola do século XXI, recomendamos a história que nos conta um banqueiro. Não é todos os dias que estes homens pegam numa pena com ambições literárias – e não se trata de um empregado subalterno; a badana do livro diz-nos que foi governador do Banco Nacional de Angola e membro do Governo em Luanda. Será um membro eminente do Partido? Pela foto pensamos que se trata de um branco de Angola com provas de fidelidade ao MPLA. Ora, o que vemos aparecer no romance *Kimalanga*²²? Uma crítica feroz mas humorística, por vezes mesmo hilariante, àquilo que se tornou a degenerescência

²¹ JIMÉNEZ, Javier Muñoz – *Diário de un Africano: Angola*. Madrid: Editorial P. Maraven, 2010, 327 pp.

²² BAIÃO, F. – *Kimalanga*. Lisboa: Prefácio, 2009, 117

de um movimento marxista, puro e duro. É agora uma máquina de alimentação dos seus quadros superiores, numa sociedade desigual que tudo sacrificou a um capitalismo de corrupção desenfreada e de arrogância egoísta. Os velhos militantes brancos e mestiços utopistas dos anos 1950-1970 foram substituídos por arrivistas negros (e mais em especial mbundu), que apenas pensam em enriquecer. Essa é a conclusão dos leitores pessimistas e moralizadores. Os optimistas verão que, apesar de tudo, o herói, Kimalanga (a hiena, em quimbundo) finalmente é condenado por ter traficado com os chefes de uma rede sul-africana dirigida por boeres (droga, diamantes, armas e prostitutas) e depois ter perdido a sua potência sexual (uma esposa, cinco amantes em simultâneo, e algumas adolescentes recém-púberes). Não é a primeira ficção angolana que mostra a ascensão e a queda de um dos seus quadros médios ou superiores que não estiveram no mato dos Dembos nem do Leste mas que encontraram uma vocação nacionalista instantânea em 1975 e que, na ausência de ambições mais nobres e íntegras, compreenderam que o exemplo vinha de cima e que por isso mais valia ser predador do sistema, mas rico, do que um dos últimos leitores de Lenine ou de Mao, mas pobre.

Assim, este romance apresenta quatro originalidades: i) o percurso profissional do seu autor; ii) a intimidade com a sociedade crioula negro-africana nascida em Luanda nos musseques coloniais; iii) o profundo conhecimento dos pensamentos e modos de vida das elites negras de substituição, que tomaram o lugar dos brancos, mas que conservaram as crenças animistas ancestrais apesar de se declararem cristãos ou ateus; iv) a simpatia divertida (rimo-nos muito das desgraças que acontecem a Kimalanga) que sente o grande banqueiro (ex-marxista?) por esta nova burguesia que conhece de muito perto, pois deve ter sido informado das suas operações financeiras legais (e nem tanto: evasão de capitais). Aprende-se muito a navegar nesta marmitta onde não penetram os expatriados, as ONG e os missionários. Um documento sociológico muito bom para o grande público, totalmente desaconselhado aos ideólogos e aos que apenas gostam da douradura das publi-reportagens que se crê necessário subvencionar para fazer esquecer más reputações. Que homem político, com efeito, gostaria de pagar para ler «se a incompetência fosse flor, Angola em certos sectores seria um jardim?» (p. 87) Que jardim? Não seria, em vez disso, o cemitério das ilusões perdidas? Este livro será difícil de traduzir mas merece duas ou três traduções.

Em matéria de relações públicas podemos interrogar-nos sobre a necessidade de organizar um raide automóvel anual num país destruído, saído de uma guerra civil, mas admitamos que é uma maneira diferente de mostrar que o país entrou em convalescença e que retoma uma antiga tradição dos anos 1960-1970. *Do Kunene a Cabinda*²³ trata superficialmente ou não do Caxito, Muxima, Ambriz, Soyo, Cabinda, Mbanza Congo, Negage, Quitexe (de silêncios bem curiosos), Ambaca, Malanje, Calulo (com dados novos acerca da revolta de 1916-1917), o Baixo-Cuanza e o Cuanza-Sul. Anedotas e por vezes microestudos de história local. As fotos são úteis. Na mesma

²³ AA.VV. – *Do Kunene a Cabinda. História e Estórias de Angola*. Lisboa: Pangeia Editora, 2009, 224 pp., fotografias a preto e branco e a cores.

série, no ano seguinte, *Rumo às Terras Que Brilham: Lundas*²⁴, começa por reunir textos introdutórios à história ou à etnologia. Visitamos então o passado e/ou o presente de Golungo Alto (com elementos acerca do cónego Manuel das Neves e a preparação das tentativas de sublevação de 4 e 10 de Fevereiro de 1961 em Luanda, sob a égide da UPA e não de outros movimentos). A propósito de Malanje, é apresentada a revolta da Baixa de Cas-sange, bem como a guerra civil na cidade. Para a Lunda são realçados o Museu do Dondo e o sector diamantífero, para o Bié Silva Porto e a exploração empírica, ou seja, ao mesmo tempo, o comércio de longo curso. Os organizadores do raide declaram que a rede hoteleira conseguiu milagres em poucos anos. Fazem bem, e como o Banco Keve patrocina estas luxuosas publicações, porquê negligenciar ou negar este aspecto positivo da reconstrução de um país que sai do abismo onde os seus políticos o tinham imerso desde 1974-1975? Com mais sentido cívico e menos inconsciência, Angola tudo tinha para rivalizar no desenvolvimento com, senão a África do Sul, pelo menos a Namíbia (mas em mais rico).

E por agora detemo-nos aqui. 

²⁴ AA.VV. – *Rumo às Terras Que Brilham: Lundas*. Lisboa: Pangeia Editora, 2010, 184 pp., numerosas fotografias a preto e branco e a cores.

TRADUÇÃO: MARTA AMARAL